



Linguagem inclusiva e mudança linguística em tempo aparente: uma análise sociolinguística na cidade de Imperatriz/MA

Thaline Ferreira do Nascimento^{1*} e Maria da Guia Taveiro Silva²

¹Universidade Estadual da Região Tocantina do Sul do Maranhão, R. Godofredo Viana, 1300, 65900-000, Imperatriz, Maranhão, Brasil. ²Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual da Região Tocantina do Sul do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: thalinenascimento.201748432@uemasul.edu.br

RESUMO. O tema da diversidade de gênero tem sido cada vez mais discutido e a reivindicação de uma linguagem não-binária tem se tornado mais comum em pesquisas linguísticas. Embora parte dos estudos encontrados tenha se dedicado a uma posição política ante ao uso da linguagem não-binária (Lau & Sanches; 2019; Fiorin, 2022), nosso interesse de pesquisa parte da disposição de investigar a atitude linguística (Coan & Freitag, 2011; Rodrigues, 2012; Freitag & Santos, 2016) de falantes do Português Brasileiro (PB), residentes na segunda maior cidade do estado do Maranhão, e uma possível mudança linguística em tempo aparente. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: de que modo falantes do Português Brasileiro (PB) agem em relação à utilização da linguagem não-binária na cidade de Imperatriz/MA e como isso pode estar relacionado a possíveis mudanças linguísticas em tempo aparente? Assim, a presente pesquisa tem como principal objetivo investigar as atitudes linguísticas de falantes do Português Brasileiro (PB), da cidade de Imperatriz/MA, em relação à utilização da linguagem não-binária, também conhecida como linguagem inclusiva, considerando uma possível mudança linguística em tempo aparente referente ao uso dessa linguagem. A abordagem metodológica é quanti-qualitativa e descritiva, conforme referenciado por Gil (2002) e Creswell (2010). Trata-se de um levantamento de dados sociolinguísticos, haja vista que recorreremos à interrogação direta das pessoas cujo comportamento, ou atitude linguística, desejamos conhecer (Gil, 2002). Os principais resultados indicam que somente 38,30% dos informantes aceitam a forma linguística da palavra ‘coisinho’, exemplo dado de palavra invariável de acordo com a norma prescritiva. Além disso, apenas 34,04% dos informantes aceitam a forma linguística ‘todes’. Considerando o percentual relativamente baixo de aceitação das referidas formas linguísticas, podemos concluir que ainda não há uma mudança linguística em andamento relacionada ao uso da linguagem não-binária na comunidade de falantes da cidade de Imperatriz/MA.

Palavras-chave: mudança linguística em tempo aparente; atitude linguística; linguagem não-binária.

Inclusive language and linguistic change in apparent time: a Sociolinguistic analysis in the city of Imperatriz/MA

ABSTRACT. The topic of gender diversity has been increasingly discussed, and the demand for non-binary language has become more common in linguistic research. Although some of the studies found have focused on a political stance regarding the use of non-binary language (Lau & Sanches; 2019; Fiorin, 2022), our research interest stems from the willingness to investigate the linguistic attitude (Coan & Freitag, 2011; Rodrigues, 2012; Freitag & Santos, 2016) of speakers of Brazilian Portuguese (BP) residing in the second largest city in the state of Maranhão and a possible linguistic change in apparent time. In light of this, the following research problem arises: how do speakers of Brazilian Portuguese (BP) act regarding the use of non-binary language in the city of Imperatriz, Maranhão, and how might this be related to possible linguistic changes in apparent time? Thus, the present research aims to investigate the linguistic attitudes of speakers of Brazilian Portuguese (BP) from the city of Imperatriz, Maranhão, regarding the use of non-binary language, also known as inclusive language, considering a possible linguistic change in apparent time related to the use of this language. The methodological approach is quantitative-qualitative and descriptive, as referenced by Gil (2002) and Creswell (2010). It involves a sociolinguistic data survey, as we resort to direct questioning of individuals whose behavior or linguistic attitude we wish to understand (Gil, 2002). The main results indicate that only 38.30% of the informants accept the linguistic form of the word ‘coisinho’, which is given as an example of a word that does not vary according to prescriptive norms.

Furthermore, only 34.04% of the informants accept the linguistic form 'todes'. Considering the relatively low percentage of acceptance of these linguistic forms, we can conclude that there is still no ongoing linguistic change related to the use of non-binary language in the community of speakers in the city of Imperatriz, Maranhão.

Keyword: linguistic change in apparent time; linguistic attitude; non-binary language.

Received on September 24, 2023.

Accepted on March 19, 2024.

Introdução

A discussão referente à diversidade de gênero e usos linguísticos tem sido potencializada nos últimos anos, embora venha sendo discutido há bastante tempo. A linguagem não-binária, também conhecida como linguagem inclusiva, tem se tornado cada vez mais presente tanto em conversas informais, quanto em debates no ambiente acadêmico, especialmente no que se refere às discussões sobre identidade de gênero. Entretanto, ainda são escassos os estudos que se debruçam sobre as atitudes e as mudanças linguísticas dos falantes do Português Brasileiro em relação ao uso dessa linguagem, especialmente em cidades brasileiras interioranas.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são as atitudes linguísticas de falantes do Português Brasileiro (PB), residentes de Imperatriz/MA, em relação à utilização da linguagem não-binária e como essas atitudes estão relacionadas a possíveis mudanças linguísticas em tempo aparente? A hipótese inicial é de que as atitudes linguísticas de falantes imperatrizenses ante à utilização da linguagem não-binária é de rejeição, com o argumento de que tal modificação viria a 'ferir' a língua portuguesa. Inferimos tal hipótese não ante a uma suposta intenção de conservação da forma prescritiva propriamente dita, mas de pré-conceitos em relação à identidade de gênero não-binária.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar as atitudes linguísticas de falantes do Português Brasileiro (PB), da cidade de Imperatriz/MA, em relação à utilização da linguagem não-binária, também conhecida como linguagem inclusiva, considerando uma possível mudança linguística em tempo aparente. Estabelecemos, como objetivos específicos, os seguintes: 1) Identificar se há alguma familiaridade dos falantes do Português Brasileiro (PB) de Imperatriz/MA com a linguagem não-binária; 2) Avaliar como as características sociodemográficas dos participantes da pesquisa (idade, gênero, escolaridade etc.) influenciam a recepção da linguagem não-binária; 3) Analisar as diferenças na recepção da linguagem não-binária entre diferentes grupos sociais, tais como pessoas LGBTQIA+, pessoas cisgênero etc.; 4) Investigar possíveis mudanças linguísticas em tempo aparente no uso da linguagem não-binária entre os falantes do PB da cidade de Imperatriz/MA.

A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa e descritiva, conforme referenciado por Gil (2002) e Creswell (2010). Trata-se de um levantamento de dados sociolinguísticos, haja vista que recorreremos à interrogação direta das pessoas cujo comportamento, ou atitude linguística, desejamos conhecer (Gil, 2002). Embora parte dos estudos encontrados tenha se dedicado a uma posição política ante ao uso da linguagem não-binária (Lau & Sanches; 2019; Fiorin, 2022), nosso interesse de pesquisa parte da disposição de investigar a atitude linguística (Coan & Freitag, 2011; Rodrigues, 2012; Freitag & Santos, 2016) de falantes do Português Brasileiro (PB), residentes na segunda maior cidade do estado do Maranhão, e uma possível mudança linguística em tempo aparente.

Com o intuito de evitar quaisquer interpretações equivocadas, ressaltamos que, com esta pesquisa, não pretendemos impor ou propor mudanças linguísticas ou estabelecer julgamento de valor à comunidade linguística de Imperatriz/MA. Em vez disso, esperamos que este estudo possa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o tema, visando contemplar pessoas de diferentes identidades de gênero, o que acreditamos poder fornecer subsídios para reflexões linguísticas e educacionais sobre a variação e mudança linguística não apenas na cidade de Imperatriz/MA, mas em outras cidades interioranas da região Tocantina do estado do Maranhão e do país.

Linguagem inclusiva: paradigmas, atitude e mudança

Corpo, sexualidade, subjetividade e uso da língua têm sido objeto de interesse de estudo entre linguistas, particularmente entre linguistas aplicados, a partir de paradigmas *Queer*¹. São bastantes as discussões a

¹ *Queer* é um termo utilizado para descrever pessoas cuja identidade de gênero ou orientação sexual não se enquadra nas normas heterossexuais e binárias da sociedade. Essas pessoas podem ser gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, intersexuais, entre outras identidades de gênero e sexualidade.

respeito de usos linguísticos que propõem uma linguagem inclusiva, compreendendo que o mundo não se organiza apenas entre masculino e feminino (Fiorin, 2022). É possível encontrar estudos que nomeiam esses usos enquanto ‘linguagem neutra’ (Covas & Bergamini, 2021), que propõem a utilização da linguagem neutra enquanto instrumento antidiscriminatório; ‘gênero neutro’ (Schwindt, 2020), cuja proposta é uma abordagem de neutralização de gênero em Português Brasileiro (PB); e, também, ‘linguagem não-binária’ (Lau & Sanches, 2019; Fiorin, 2022), cujo objetivo é propor outras formas linguísticas que não marquem exclusivamente um gênero binário masculino/feminino.

Ao apresentarmos essas três terminologias, não pretendemos nos direcionar para uma discussão sobre as particularidades do código linguístico propriamente dito, como as estruturas morfológicas ou fonéticas do PB passíveis de variação ou mudança. Tampouco intentamos definir qual forma linguística é adequada ou inadequada para todos os falantes da língua, ou nos posicionarmos de maneira arbitrária para uma mudança linguística. Em vez disso, entendendo o papel social, político, histórico e cultural da linguagem, apresentamos tais termos no afã de indicar uma opção para este estudo.

Oliveira (2013, p. 11) menciona que conceber a língua com coerência e sensatez “[...] é não dissociá-la dos parceiros discursivos, isto é, dos sujeitos sócio-histórico-ideológicos que nela se instauram”. Nesse sentido, é necessário que justifiquemos a opção por um dos três termos. O primeiro, ‘linguagem neutra’, não deverá ser utilizado nesta discussão, pois a linguagem não nos parece algo isento, imparcial ou indiferente. Ora, “[...] se a língua não é feita de palavras vazias isso significa que nós realizamos uma atividade intelectual ao usá-la, pois fazemos escolhas lexicais de acordo com os sentidos que pretendemos veicular” (Oliveira, 2013, p. 19), demonstrando nossa percepção de mundo. Uma ‘linguagem neutra’, nesse sentido, não nos convém.

De modo semelhante, a sugestão da terminologia ‘gênero neutro’ não foi uma opção para nossa proposta discursiva, portanto ideológica. Embora, do ponto de vista dos estudos linguísticos, o gênero neutro sugira a ausência de marcação de gênero na dicotomia masculino/feminino, e apesar de a proposta de Schwindt (2020) visar a inclusão de pessoas não-binárias por meio do uso do gênero neutro, ponderamos que seja mais apropriado, em termos de inclusão, adotar a terminologia proposta por Lau e Sanches (2019) e Fiorin (2022) explicada logo a seguir.

Nesse sentido, o termo ‘linguagem não-binária’, proposto por Fiorin (2022) e Lau e Sanches (2019), ou mesmo ‘linguagem inclusiva’, parece-nos mais apropriado a esta pesquisa, visto que a proposta é utilizar formas linguísticas que incluam, e não neutralizem a linguagem, tampouco as pessoas que não se reconhecem no binarismo masculino-feminino. É importante ressaltar que esse ainda é um tema controverso em algumas comunidades linguísticas, o que pode gerar bastante resistência, especialmente entre pessoas que consideram a linguagem um elemento imutável, ou que têm dificuldade para se adaptar a novas formas de expressão. Ao fundamentarmos nossas análises nessas bases conceituais, temos a oportunidade de contribuir para o avanço do conhecimento em tais áreas e promover uma discussão enriquecedora sobre os temas abordados.

Nessa perspectiva, em um estudo recente, Fiorin (2022) oferece uma importante contribuição à questão da marcação linguística e da não binaridade. Segundo o pesquisador, nos últimos anos estamos em um momento de “[...] derrubada de fronteiras, de valorização das margens, de descentramento, de alteridade, de heterogeneidade, de mestiçagens e de imigrações, de recusa da pureza marcada pelos velhos padrões” (Fiorin, 2022, p. 2), o que, para o autor, traz consigo consequências linguísticas. Fiorin elenca aspectos como a ocupação de mulheres em um espaço que, antes, lhe era sonogado, o que influenciou a recusa pela marcação genérica na forma masculina. Esse uso linguístico, segundo o autor, busca não invisibilizar as mulheres. A isto, o pesquisador chama de linguagem inclusiva ou não sexista.

Compreendendo que o mundo não se divide em masculino e feminino, surge, portanto, a questão da linguagem não binária, caracterizada pela marcação da não binaridade masculino-feminino² (Fiorin, 2022). Para o pesquisador, a concepção de gênero exerce influência sobre a linguagem, haja vista que o gênero linguístico, ou gramatical, “[...] coliga-se aos atributos formais a categoria sexo (macho e fêmea)” (Fiorin, 2022, p. 3). Isso, segundo o autor, dá um valor social à marcação de gênero.

Nessa seara, Linhares e Silva (2023, p. 92) informam que as concepções de gênero podem traçar nortes ainda mais amplos em pesquisas linguísticas, dado que a “[...] categoria *Queer* e o comunicar dos falantes dentro de uma ótica da diversidade das expressões de gênero e sexualidades [...]” não se resumem ao masculino e feminino. A linguagem não binária, nesse sentido, desafia a dicotomia tradicional de gênero ao abarcar a diversidade de expressões e identidades, ampliando o horizonte das investigações linguísticas e sociais.

²Fiorin (2022) destaca que gênero e orientação sexual não são a mesma coisa. O primeiro se refere ao modo como cada indivíduo se entende e se expressa no mundo; já o segundo é referente às suas tendências afetivo-sexuais.

A respeito de mudanças linguísticas, um estudo exploratório para fins didáticos, Rodrigues (2012) se propõe a elucidar os conceitos mais recorrentes na literatura sociolinguística a respeito de atitude, imaginário, representação e identidade linguística. A nós nos interessa sua contribuição referente aos conceitos de atitude linguística, trabalhado, também, em nosso estudo. O autor informa, por exemplo, que para Lafontaine (1997, p. 56 apud Rodrigues, 2012, p. 362), atitude linguística é “[...] a maneira como os sujeitos avaliam línguas, variantes, variáveis linguísticas ou, mais frequentemente, locutores expressando-se em línguas ou variantes linguísticas particulares”. Conforme Gueunier (1997), as atitudes linguísticas compartilham uma característica comum com as representações linguísticas, sendo essencialmente os traços epilinguísticos³, o que faz Rodrigues (2012) inferir que a atitude linguística consiste em um conjunto de comportamentos, ações, condutas e posturas em relação a uma língua, ou mais precisamente, a uma forma linguística.

Ferreira (2009), ao abordar esse conceito, sugere que atitudes e percepções linguísticas compõem dois domínios complementares. A pesquisadora elucida que a atitude linguística, a partir da concepção comportamental, seria uma resposta dada pelo indivíduo às distintas situações de uso social da linguagem, sendo o reflexo concreto de uma percepção linguística (Moralez, 1993 apud Ferreira, 2009). Nesse sentido, a consciência linguística, ligada à consciência sociolinguística, esta última relacionada às crenças de prestígio, resulta em percepção linguística, que, por sua vez, originam as atitudes ou avaliações linguísticas que podem, ou não, resultar em mudança linguística.

Freitag e Santos (2016) também propõem uma conceituação similar, porém não idêntica, para atitude linguística, como sendo as reações positivas ou negativas no nível cognitivo (pensamento e crenças), afetivo (sentimentos) e comportamental (uso). Nessa concepção, o nível cognitivo corresponde à percepção (como o falante acha que fala, ou acha que deve falar), o afetivo está relacionado ao julgamento ante a uma determinada forma linguística e o comportamental corresponde à produção, que é basicamente como o falante efetivamente fala.

Dito isto, ao propor um estudo a respeito da recepção da utilização de linguagem inclusiva por falantes do Português Brasileiro (PB), considerando a dinâmica linguística atual, é pertinente e necessário discutir o conceito de mudança linguística em tempo aparente. Nessa perspectiva,

Se olhar o passado pode fornecer indícios para explicar o presente, é possível olhar o presente para projetar o futuro, ou seja, verificar uma mudança aparente. (...) As observações em tempo aparente conectadas às observações em tempo real permitem que se verifique a mudança em progresso. A análise da mudança aparente é apenas um prognóstico, uma projeção que o pesquisador arrisca fazer, portanto, constitui-se uma hipótese (Coan & Freitag, 2011, p. 177).

As pesquisadoras orientam, contudo, que não se confunda mudança em tempo aparente com observação em tempo real. A primeira refere-se a uma mudança que está em curso e que pode ou não se estabelecer. A segunda, no entanto, indica que a mudança já se efetivou e as variáveis já estão estabelecidas entre os falantes, podendo ser observadas.

Além disso, é preciso considerar que uma mudança linguística não se trata apenas da simples troca direta e abrupta de um elemento por outro. Pelo contrário, a mudança envolve um período de concorrência entre os elementos que disputam o espaço linguístico (Faraco, 2005). No caso da utilização de uma linguagem inclusiva, deve-se levar em conta que as novas variantes estão em disputa com outras formas linguísticas já existentes, bem como com outras novas formas que também pleiteiam o mesmo espaço linguístico.

Em vista disso, ao tratar sobre as variantes linguísticas não-binárias, ou inclusivas, sob a ótica da mudança linguística em tempo aparente, propõe-se estabelecer um ponto de contato com a atitude linguística, que é a “[...] resposta dada pelo indivíduo às distintas situações sociais, e, portanto, como o reflexo concreto das percepções linguísticas” (Ferreira, 2009, p. 253). Isto é, para que a mudança linguística se estabeleça, é necessário haver resposta positiva do falante à variante proposta.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa e descritiva, conforme referenciado por Gil (2002) e Creswell (2010). Trata-se de um levantamento de dados sociolinguísticos, haja vista que recorreremos à interrogação direta das pessoas cujo comportamento, ou atitude linguística, desejamos conhecer (Gil, 2002).

O cenário de realização da pesquisa é de uma cidade cuja área territorial é de 1.369,039 km², localizada na região metropolitana do Sudoeste Maranhense (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021).

³Reflexão sobre a língua em seu contexto de uso, em situações reais de interação e comunicação.

A estimativa da população imperatrizense para o ano de 2021 foi de aproximadamente 259.980⁴ habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado. Dessa estimativa populacional, o público maior de 18 anos é de aproximadamente 168.632 habitantes. Além disso, segundo o último censo publicado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de pessoas alfabetizadas maiores de 18 anos é de pelo menos 98,4%, o que configura nosso universo de pesquisa com um total de 165.933 pessoas maiores de idade e alfabetizadas.

Para determinar a amostra e a margem de erro, foi utilizado o ‘*software Comento* Pesquisa de Mercado’, calculadora amostral para validar os parâmetros de pesquisas que utilizam métodos quantitativos⁵. O total de respondentes desta pesquisa foi de 200 pessoas, das quais configuram nossa amostra um quantitativo de 188 que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. A indicação de confiança é de 95%, considerando a heterogeneidade de participantes, e margem de erro é de 2% para mais ou para menos, considerando que a quantidade mínima de respondentes deveria ser de 159 participantes.

Como instrumento de construção dos dados, utilizamos questionários estruturados seguindo o modelo idêntico, proposto por Lahire (2004), para que a interpretação dos dados ocorra de maneira mais assertiva. Os questionários foram elaborados no aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, do *Google*, construídos por uma série ordenada de perguntas, conforme orientado por Marconi e Lakatos (2003), respondidas sem a presença da pesquisadora responsável. A escolha pelos questionários como instrumento de construção de dados se deu pela praticidade que essa ferramenta oferece em pesquisas que não precisam, necessariamente, da presença física do pesquisador.

O processo de elaboração desse instrumento ocorreu da seguinte maneira: perguntas agrupadas em três categorias: 1) identificar a familiaridade dos participantes com os processos de mudança linguística no Português Brasileiro (PB); 2) identificar a familiaridade dos participantes com a linguagem não-binária/linguagem inclusiva; 3) e identificar atitudes dos respondentes em relação ao uso dessa linguagem. As análises seguiram a ordem de estruturação de perguntas dos questionários. Os questionários foram enviados via mensagens *on-line* (*WhatsApp*, *Twitter*, *Instagram* e grupos de *Facebook*). A opção por enviar os questionários via mensagens viabilizou alcançar um maior número de participantes, como também permitiu que estes respondessem conforme sua disponibilidade de tempo. Todos os colaboradores tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Diretrizes e Normas de Pesquisa da Resolução CNS/MS 466/12.

Foram incluídos na pesquisa colaboradores maiores de idade, dado que pessoas adultas têm melhor capacidade de tomar decisões informadas e consentir voluntariamente em participar da pesquisa. O segundo critério de inclusão foi de pessoas residentes da cidade de Imperatriz/MA. O terceiro critério de inclusão foi de participantes alfabetizados, uma vez que a pesquisa requer leitura de questionários escritos. Consequentemente, pessoas menores de 18 anos não fizeram parte desta pesquisa, pois não atendem ao critério de serem maiores de idade e, por isso, não podem consentir livremente sua participação. Além disso, pessoas não residentes em Imperatriz/MA também não atendem aos critérios de inclusão da pesquisa, pois esta investigação se limita aos munícipes da cidade mencionada. Pessoas que não sabem ler ou escrever também devem ser excluídas da pesquisa, pois teriam dificuldade em responder ao questionário de maneira autônoma e sem interferência de terceiros.

Esta pesquisa pode apresentar algumas limitações, dentre as quais se destaca o viés de seleção, já que a amostra de falantes selecionados pode não representar adequadamente a população de falantes do PB residentes na cidade de Imperatriz/MA, o que pode resultar em conclusões inadequadas ou imprecisas. Além disso, há o risco de viés de resposta, em que os participantes podem não responder com sinceridade ou precisão devido a fatores como o desejo de agradar o pesquisador ou conformidade social e religiosa, o que pode distorcer as conclusões da pesquisa. Também é importante mencionar que pode haver consequências negativas para os participantes, pois a investigação pode levantar questões sensíveis ou controversas sobre a identidade de gênero e orientação sexual, causando desconforto, constrangimento ou angústia emocional para alguns participantes. Por fim, pode haver dificuldades na interpretação dos resultados, caso haja generalização dos resultados da pesquisa devido à falta de consenso sobre a definição e uso da linguagem não-binária na sociedade em geral.

Estabelecemos algumas estratégias para minimizar as mencionadas limitações: garantir a confidencialidade e a privacidade dos participantes, os quais devem ser assegurados que suas respostas serão mantidas em sigilo e que não haverá divulgação de suas informações pessoais. Uso de questionários anônimos,

⁴Cf. em: <https://imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>

⁵Cf. em: <https://comento.com/calculadora-amostral/>

ajudando a minimizar o viés de resposta, contribuindo para que os participantes se sentissem mais à vontade para responder honestamente. Obtenção do consentimento informado dos participantes, garantindo que os participantes tenham entendido os objetivos da pesquisa e que tenham dado seu consentimento para participar. Procuramos evitar questões sensíveis ou controversas, tendo cuidado ao formular questões que possam causar desconforto ou constrangimento aos participantes. Cautela na interpretação dos dados, levando em consideração as limitações da pesquisa e a natureza da amostra selecionada. Buscamos, também, não generalizar os resultados para toda a população com base em uma amostra limitada.

Os benefícios desta pesquisa são numerosos, entre os quais destacamos a contribuição para o entendimento das atitudes linguísticas dos falantes do PB em relação à linguagem não-binária. Dessa forma, esta investigação pode fornecer dados empíricos a serem usados em futuras discussões sobre questões de identidade de gênero e linguagem inclusiva. Ainda, o estudo pode ser útil na identificação de possíveis mudanças linguísticas em tempo aparente no uso da linguagem não-binária pelos falantes do PB em Imperatriz/MA, o que pode ser relevante para estudiosos da variação e mudança linguística. Ademais, é possível que o estudo auxilie na ampliação do conhecimento sobre a variação e mudança linguística no PB, especificamente em Imperatriz/MA e região Tocantina do Estado do Maranhão, podendo contribuir para futuras investigações sobre a diversidade linguística no Brasil. Por fim, a pesquisa pode proporcionar uma reflexão sobre os valores e crenças linguísticas da população de Imperatriz/MA em relação à linguagem não-binária, podendo gerar *insights* para debates sobre políticas públicas linguísticas e educacionais que promovam a inclusão e a diversidade.

Apresentação e discussão dos dados

Pelo fato de não termos encontrado estudos relacionados à mudança linguística em tempo aparente relativos ao uso de linguagem não-binária, ou linguagem inclusiva, nossas análises não dialogam com outros estudos e resultados. Logo, os dados apresentados nesta pesquisa nos parecem ser pioneiros, no que se refere a um levantamento propriamente dito sobre uma possível mudança linguística referente ao uso de linguagem inclusiva.

Assim, é pertinente informar que obtivemos um quantitativo total de 200 respondentes, entre os quais 9 não prosseguiram ao questionário por serem residentes de cidades vizinhas e/ou eram menores de idade, dando continuidade à pesquisa um total de 188 participantes. Em relação à faixa etária, a pesquisa foi dividida em três grupos: 1) pessoas com idade entre 18 e 29 anos; 2) pessoas com idade entre 30 e 49 anos; e 3) pessoas com idade acima de 50 anos. No primeiro grupo etário, obtivemos pelo menos 142 respondentes. No segundo grupo, obtivemos 40 respondentes. E no terceiro grupo, obtivemos 6 respondentes.

Referente à identidade de gênero, no primeiro grupo etário (18 e 29 anos) 98 pessoas disseram se identificar enquanto mulher ou homem cisgênero⁶ heterossexual (grupo 1.1), portanto, não fazem parte da comunidade LGBTQIA+; e 44 participantes disseram se identificar com alguma identidade de gênero da comunidade LGBTQIA+ (grupo 1.2). A participação de pessoas cisgênero e heterossexuais, neste grupo, foi maior em relação às pessoas LGBTQIA+.

No segundo grupo etário (30 e 49 anos), 36 pessoas disseram se identificar enquanto mulher ou homem cisgênero heterossexual, portanto, não fazem parte da comunidade LGBTQIA+ (grupo 2.1); e 4 participantes disseram se identificar com alguma identidade de gênero da comunidade LGBTQIA+ (2.2). A participação de pessoas cisgênero e heterossexuais, neste grupo, também foi maior em relação às pessoas LGBTQIA+.

No terceiro grupo etário (50 anos ou mais) 6 pessoas disseram se identificar enquanto mulher ou homem cisgênero heterossexual, portanto, não fazem parte da comunidade LGBTQIA+ (grupo 3.1); e 0 participantes disseram se identificar com alguma identidade de gênero da comunidade LGBTQIA+ (3.2). A participação de pessoas cisgênero e heterossexuais, neste grupo, seguiu o mesmo padrão dos demais, sendo, portanto, maior em relação às pessoas LGBTQIA+.

Grupo etário 1.1 – 18 e 29 anos, mulher/homem cisgênero heterossexual (98 respondentes). Foram perguntados a respeito de mudanças no uso da Língua Portuguesa (LP), pelo menos 92,9% (91 participantes) consideram que a LP está em constante processo de mudança, desde o período da colonização; 5,1% (5 participantes) consideram que o uso da LP no Brasil pouco mudou desde o período da colonização; 2% (2 participantes) consideram que a LP, no Brasil, continua a mesma desde o período da colonização. Os participantes demonstram ter consciência a respeito das constantes mudanças no uso de uma língua viva,

⁶Cisgênero = se identifica com o sexo com o qual nasceu.

particularmente do Português Brasileiro (PB). Isso também indica que este grupo de respondentes percebem que a forma da língua não é imutável, sendo, dessa maneira, passível de alterações e variações.

Foram perguntados sobre sua reação quando ouvem/leem alguém falar/escrever diferente da forma como aprenderam na escola, ao menos 89,8% (88 participantes) disseram entender que as pessoas falam diferente e nem por isso a comunicação é negativamente afetada; 9,2% (9 participantes) disseram sentir incômodo, mas tentam manter a comunicação sempre demonstrando o desconforto; 1% (1 participante) disse achar estranho e por isso busca manter distância. Esses dados revelam que, neste grupo de respondentes, parece haver certa consciência de que falar ou escrever diferente da forma como se aprende na escola não é um impeditivo para que a comunicação ocorra com fluidez e entendimento, o que consideramos relevante para a pesquisa.

Ao serem expostos à seguinte construção: ‘Aquele menino é um coisinho lindo’, um total de 57,1% (56 participantes) disseram achar estranho, porque a flexão de gênero não se aplica à palavra ‘coisinha’. Pelo menos 37,8% (37 participantes) disseram achar fofo, pois é possível modificar o jeito de falar dependendo da situação. E 5,1% (5 participantes) disseram não aceitar esse tipo de construção, afirmando que é inadmissível alguém falar ou escrever ‘coisinho’. Tais dados revelam que, embora neste grupo de participantes grande parte compreenda que a forma linguística aprendida na escola não seja um obstáculo para a comunicação, a maioria parece experimentar desconforto e/ou rejeição em relação a possíveis mudanças ou variações em relação à norma prescritiva. Isso pode ser considerado, nesta pesquisa, uma contradição em relação à primeira resposta e uma preconceção em relação ao que é considerado adequado e inadequado no uso da língua.

Os participantes foram perguntados se conhecem os termos ‘linguagem não binária’ e/ou ‘linguagem inclusiva’, o percentual de 75,5% (74 participantes) afirmou conhecer e saber do que se trata. Pelo menos 23,5% (23 participantes) disseram que já ouviram falar, mas não sabem do que se trata. E 1% (1 participante) dos participantes nesse grupo etário disse não fazer a menor ideia do que se trata. Os referidos resultados demonstram que, neste grupo de respondentes, há conhecimento a respeito de uma linguagem que atende a grupos de pessoas que não se identificam no binarismo masculino-feminino pela maioria dos participantes, o que consideramos um ponto positivo em relação aos conhecimentos de mudança linguística e suas discussões mais recentes.

Ao serem expostos ao seguinte texto: ‘Nesta manhã de sábado, gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes. É muito importante que este grande número de pessoas esteja presente neste evento’, pelo menos 45,9% (45 participantes) disseram que o ‘todes’ soa muito estranho e que não usam essa expressão, mas tentam não se importar, demonstrando rejeição parcial. Pelo menos 24,5% (24 participantes) afirmaram revirar os olhos⁷, pois o ‘todes’ não existe na LP, demonstrando rejeição total. E 29,6% (29 participantes) disseram achar importante que pessoas que não se identificam no binarismo masculino-feminino sejam incluídas na saudação, o que demonstra aceitação dessa forma linguística. Embora, neste grupo de participantes, a maioria dos respondentes considerem que é normal que uma pessoa fale ou escreva diferente da forma como aprendeu na escola, e que isso não configura impeditivo para estabelecer boa comunicação, demonstrando que a maioria de informantes desse grupo de participantes tem uma atitude de rejeição ante a uma possível adaptação de gênero em construções linguísticas (94,9% de rejeição para ‘coisinho’; e 70,4% de rejeição para ‘todes’).

Grupo etário 1.2 – 18 e 29 anos, LGBTQIA+ (44 respondentes). Quando questionados sobre mudanças no uso da Língua Portuguesa (LP), pelo menos 97,7% dos participantes (43 indivíduos) consideram que a LP passa por um processo constante de mudança desde o período da colonização. Apenas 2,3% (1 participante) acreditam que o uso da LP no Brasil mudou pouco desde o período da colonização, e nenhum dos participantes (0%) considera que a LP no Brasil continua a mesma desde o período da colonização. Assim como no grupo 1.1, neste grupo também foi possível observar uma consciência em relação às mudanças constantes no uso de uma língua viva, em particular o Português falado no Brasil. Isso indica que este grupo de respondentes tem a percepção de que a forma da língua não é imutável e está sujeita a alterações e variações.

Quando perguntados sobre sua reação quando ouvem/leem alguém falar/escrever diferente da forma como aprenderam na escola, um total de 97,7% dos participantes (43 indivíduos) afirmaram compreender que as pessoas falam de maneira diferente e que isso não afeta negativamente a comunicação. 2,3% (1 participante) relataram sentir desconforto, mesmo assim tentam manter a comunicação, embora demonstrem o incômodo. Nenhum dos participantes (0%) afirmou achar estranho ou incômodo formas linguísticas distintas das

⁷‘Revirar os olhos’, segundo o Dicionário Informal online, significa demonstrar irritação ou frustração em relação a alguém ou a algo. Cf. em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/revirar+os+olhos/>

aprendidas na escola. Da mesma forma que ocorreu no grupo 1.1, neste grupo de participantes também é evidente uma consciência de que falar ou escrever de maneira diferente do que é ensinado na escola não compromete a fluidez e a compreensão na comunicação.

Ao serem expostos à seguinte construção: 'Aquele menino é um coisinho lindo', pelo menos 43,2% dos participantes (19 indivíduos) expressaram estranheza em relação à flexão de gênero aplicada à palavra 'coisinho', pois não é comum na norma prescritiva do Português Brasileiro (PB). Por outro lado, pelo menos 56,8% (25 participantes) consideraram essa adaptação como algo fofo e compreenderam que é possível ajustar a forma de falar dependendo da situação. Nenhum dos participantes (0%) afirmou não aceitar esse tipo de construção, considerando inadmissível o uso de 'coisinho'. Ao contrário do grupo 1.1, neste grupo de participantes há uma maior aceitação da adaptação de gênero para a palavra 'coisinho', mesmo que não haja variação prescritiva para isso na norma do PB.

Os participantes foram perguntados se conhecem os termos 'linguagem não binária' e/ou 'linguagem inclusiva', um total de 84,1% dos participantes (37 indivíduos) afirmou estar ciente e entender do que se trata. Pelo menos 15,9% (7 participantes) disseram ter ouvido falar, mas não sabem exatamente do que se trata. Nenhum dos participantes (0%) afirmou não ter a menor ideia do que se trata. Assim como no grupo 1.1, neste grupo de participantes também foi observado um conhecimento predominante sobre uma linguagem que atende a grupos de pessoas que não se identificam com o binarismo masculino-feminino, o que é considerado um ponto positivo em relação aos conhecimentos sobre mudanças linguísticas e as discussões mais recentes a respeito.

Ao serem expostos ao seguinte texto: 'Nesta manhã de sábado, gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes. É muito importante que este grande número de pessoas esteja presente neste evento', pelo menos 45,5% dos participantes (20 indivíduos) afirmaram que a expressão 'todes' soa estranho e que não a utilizam, mas tentam não se importar, o que demonstra uma rejeição parcial. Pelo menos 2,3% (1 participante) afirmou revirar os olhos, argumentando que 'todes' não existe na Língua Portuguesa, o que indica uma rejeição total. Além disso, 52,3% (23 participantes) destacaram a importância de incluir pessoas que não se identificam com o binarismo masculino-feminino na saudação, o que demonstra uma aceitação dessa forma linguística. Ao contrário do grupo 1.1, neste grupo de participantes prevalece a aceitação de uma forma linguística não binária, o que coincide com a aceitação da adaptação de flexão de gênero na palavra 'coisinho'. Notavelmente, no grupo etário compreendido entre 18 e 29 anos, observa-se uma maior rejeição às mudanças linguísticas entre cisgêneros heterossexuais e uma maior aceitação das mudanças linguísticas entre pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Grupo etário 2.1 – 30 e 49 anos, mulher/homem cisgênero heterossexual (36 respondentes). Quando questionados sobre as mudanças no uso da Língua Portuguesa (LP), pelo menos 85,7% dos participantes (30 indivíduos) consideraram que a LP está em constante processo de mudança desde o período da colonização. Ao menos 8,6% (3 participantes) acreditam que o uso da LP no Brasil mudou pouco desde o período da colonização, e 5,7% (2 participantes) acreditam que a LP no Brasil continua a mesma desde o período da colonização. Assim como nos grupos 1.1 e 1.2, neste grupo também foi observada uma consciência das constantes mudanças no uso de uma língua viva, especialmente o Português falado no Brasil, em relação ao período de colonização. Isso indica que os respondentes deste grupo reconhecem que a forma da língua não é imutável e está sujeita a alterações e variações.

Quando perguntados sobre sua reação quando ouvem/leem alguém falar/escrever diferente da forma como aprenderam na escola, um total de 91,4% dos participantes (32 indivíduos) afirmam entender que as pessoas falam de maneiras diferentes e que isso não afeta negativamente a comunicação. 8,6% (3 participantes) relataram sentir desconforto, mesmo assim tentam manter a comunicação, embora demonstrem o desconforto. Nenhum dos participantes (0%) afirmou achar estranho e, portanto, não busca manter distância. Assim como nos grupos 1.1 e 1.2, neste grupo de participantes também foi estabelecida uma consciência de que falar ou escrever de forma diferente do que é ensinado na escola não impede a fluidez e a compreensão na comunicação.

Ao serem expostos à seguinte construção: 'Aquele menino é um coisinho lindo', pelo menos 74,3% (26 participantes) disseram achar estranho, porque a flexão de gênero não se aplica à palavra 'coisinha'. Pelo menos 22,9% (8 participantes) disseram achar fofo, pois é possível modificar o jeito de falar dependendo da situação. E 2,9% (1 participante) disse não aceitar esse tipo de construção, afirmando que é inadmissível alguém falar ou escrever 'coisinho'. Tais dados convergem com informações obtidas no grupo 1.1, tendo em vista que, embora neste grupo de participantes grande parte compreenda que a forma linguística aprendida na escola não seja impeditiva para a comunicação, a maioria parece sentir desconforto e/ou rejeição à uma

possível mudança/variação em relação à norma prescritiva, o que pode ser considerado, nesta pesquisa, uma contradição em relação à primeira resposta desse grupo de respondentes e uma preconceção a respeito de adequado e inadequado no uso da língua.

Os participantes foram perguntados se conhecem os termos ‘linguagem não binária’ e/ou ‘linguagem inclusiva’, pelo menos 60% dos participantes (21 indivíduos) afirmaram estar familiarizados e saber do que se trata. Pelo menos 28,6% (10 participantes) disseram já ter ouvido falar, mas não sabem exatamente do que se trata. E 11,4% (4 participantes) desse grupo etário afirmaram não ter a menor ideia do que se trata. Assim como nos grupos 1.1 e 1.2, neste grupo de participantes também foi observada uma prevalência de conhecimento sobre uma linguagem que abrange grupos de pessoas que não se identificam com o binarismo masculino-feminino, como a maioria dos participantes, o que consideramos um ponto positivo em relação aos conhecimentos sobre mudança linguística e as discussões mais recentes sobre o tema.

Ao serem expostos ao seguinte texto: ‘Nesta manhã de sábado, gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes. É muito importante que este grande número de pessoas esteja presente neste evento’, pelo menos 45,7% dos participantes (16 indivíduos) afirmaram que a expressão ‘todes’ soa muito estranha e que não a utilizam, mas tentam não se importar, o que demonstra rejeição parcial. Pelo menos 28,6% (10 participantes) afirmaram revirar os olhos, pois consideram que ‘todes’ não existe na LP, demonstrando rejeição total. E 25,7% (9 participantes) destacaram a importância de incluir pessoas que não se identificam com o binarismo masculino-feminino na saudação, demonstrando aceitação. Esses dados também corroboram os resultados do grupo 1.1 e divergem dos resultados do grupo 1.2. Embora, neste grupo, a maior parte dos respondentes acredite que é normal que uma pessoa fale ou escreva de maneira diferente do que aprendeu na escola, a maioria tem uma atitude de rejeição em relação a uma possível adaptação de gênero em construções linguísticas (77,1% de rejeição para ‘coisinho’ e 71,4% de rejeição para ‘todes’).

Grupo etário 2.2 – 30 e 49 anos LGBTQIA+ (4 respondentes). Ao serem questionados sobre as mudanças no uso da Língua Portuguesa (LP), pelo menos 100% dos participantes (4 indivíduos) afirmaram que a LP está em constante processo de mudança desde o período da colonização. Nenhum participante considerou que o uso da LP no Brasil mudou pouco desde o período da colonização, e não houve nenhum participante que acredita que a LP continua a mesma desde o período da colonização. Assim como nos grupos 1.1, 1.2 e 1.3, também foi possível observar nesse grupo uma consciência em relação às mudanças constantes no uso de uma língua viva, especialmente o Português falado no Brasil, indicando que os colaboradores deste grupo também reconhecem que a forma da língua não é imutável e está sujeita a alterações e variações.

Quando perguntados sobre sua reação quando ouvem/leem alguém falar/escrever diferente da forma como aprenderam na escola, todos os participantes deste grupo (4 indivíduos) afirmaram entender que as pessoas falam de maneiras diferentes e que isso não afeta negativamente a comunicação. Nenhum participante relatou sentir incômodo, desconforto ou estranhamento. Assim como nos grupos 1.1, 1.2 e 2.1, neste grupo também foi observada uma consciência de que falar ou escrever de forma diferente do que se aprende na escola não impede uma comunicação fluida e compreensível, o que é considerado relevante para a pesquisa.

Ao serem expostos à seguinte construção: ‘Aquele menino é um coisinho lindo’, pelo menos 75% (3 participantes) afirmaram achar estranho que a flexão de gênero não se aplique à palavra ‘coisinho’. No entanto, pelo menos 25% (1 participante) considerou essa adaptação fofo, pois é possível modificar a forma de falar dependendo da situação. Nenhum participante (0%) afirmou não aceitar esse tipo de construção, considerando inadmissível alguém falar ou escrever ‘coisinho’. Esses dados convergem com as informações obtidas nos grupos 1.1 e 2.1, pois, embora a maioria dos participantes compreenda que a forma linguística aprendida na escola não seja um impedimento para a comunicação, há uma tendência de desconforto e/ou rejeição em relação a possíveis mudanças ou variações em relação à norma prescritiva. Isso pode ser considerado, nesta pesquisa, uma contradição em relação à primeira resposta e uma preconceção sobre o que é adequado ou inadequado no uso da língua.

Os participantes foram perguntados se conhecem os termos ‘linguagem não binária’ e/ou ‘linguagem inclusiva’, pelo menos 75% (3 participantes) afirmaram ter conhecimento e saber do que se trata. Pelo menos 25% (1 participante) disse ter ouvido falar, mas não sabe exatamente do que se trata. Nenhum participante (0%), desse grupo etário, afirmou não ter a menor ideia do assunto. Esses resultados estão alinhados com as respostas dos grupos 1.1, 1.2 e 2.1, o que demonstra uma prevalência de conhecimento sobre uma linguagem que atende a pessoas que não se identificam no binarismo masculino-feminino pela maioria dos participantes.

Ao serem expostos ao seguinte texto: ‘Nesta manhã de sábado, gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes. É muito importante que este grande número de pessoas esteja presente neste evento’, pelo menos 25% (1 participante) afirmou achar o termo ‘todes’ muito estranho e que não o utiliza, mas tenta não se importar com sua utilização, o que demonstra rejeição parcial. Nenhum participante (0%) afirmou revirar os olhos, considerando que o termo não existe na norma da Língua Portuguesa. Por outro lado, 75% (3 participantes) destacaram a importância de incluir pessoas que não se identificam no binarismo masculino-feminino na saudação, demonstrando aceitação total. Diferentemente dos grupos 1.1 e 2.1, que demonstraram rejeição tanto na adaptação da palavra ‘coisinho’ quanto na utilização do termo ‘todes’, este grupo demonstra rejeição para o primeiro exemplo (75% de rejeição para ‘coisinho’) e aceitação para o segundo exemplo (75% de aceitação para ‘todes’). Interpretamos que o fato de o grupo 2.2 pertencer à comunidade LGBTQIA+ os torna mais sensíveis à adaptação linguística para incluir pessoas não binárias. No entanto, ainda assim, esse grupo apresenta uma rejeição à adaptação de gênero para palavras cujo propósito não é atender à inclusão de pessoas não binárias.

Grupo etário 3.1 – acima de 50 anos mulher/homem cisgênero heterossexual (6 respondentes). Ao serem questionados sobre as mudanças no uso da Língua Portuguesa (LP), pelo menos 100% (6 participantes) afirmaram que a LP está em constante processo de mudança desde o período da colonização. Nenhum participante (0%) considerou que o uso da LP no Brasil mudou pouco desde o período da colonização, e nenhum participante (0%) considerou que a LP continua a mesma desde o período da colonização. Assim como nos grupos 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2, neste grupo também foi evidente a consciência das constantes mudanças no uso de uma língua viva, especialmente do Português falado no Brasil.

Quando perguntados sobre sua reação quando ouvem/leem alguém falar/escrever diferente da forma como aprenderam na escola, todos os participantes (100%, 6 participantes) afirmaram entender que as pessoas falam de maneira diferente e que isso não afeta negativamente a comunicação. Nenhum participante (0%) relatou sentir incômodo, estranhamento ou rejeição neste aspecto. Assim como nos grupos 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2, nesse grupo de respondentes foi observada a consciência de que falar ou escrever de forma diferente daquilo que se aprende na escola não impede que a comunicação ocorra com fluidez e compreensão.

Ao serem expostos à seguinte construção: ‘Aquele menino é um coisinho lindo’, pelo menos 66,7% (4 participantes) relataram achar estranho que a flexão de gênero não se aplique à palavra ‘coisinho’, demonstrando rejeição parcial. Pelo menos 16,7% (1 participante) considerou fofo, pois é possível modificar a forma de falar dependendo da situação, demonstrando aceitação total. Outros 16,7% (1 participante) afirmaram não aceitar esse tipo de construção, considerando inadmissível alguém falar ou escrever ‘coisinho’, o que demonstra rejeição total. Esses resultados estão em consonância com as informações obtidas nos grupos 1.1, 2.1 e 2.2. Essa constatação pode ser considerada uma contradição em relação à primeira resposta deste grupo e revela uma preconceção sobre o que é considerado adequado ou inadequado no uso da língua, o que é relevante para esta pesquisa.

Os participantes foram perguntados se conhecem os termos ‘linguagem não binária’ e/ou ‘linguagem inclusiva’, pelo menos 66,7% (4 participantes) afirmaram estar familiarizados e saber do que se trata. Pelo menos 16,7% (1 participante) relataram ter ouvido falar, mas não possuem conhecimento detalhado sobre o assunto. E 16,7% (1 participante) desse grupo afirmou não ter nenhuma ideia do que se trata. Esses resultados estão em consonância com as respostas dos grupos 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2, evidenciando a prevalência de conhecimento em relação a uma linguagem que abrange grupos de pessoas que não se enquadram no binarismo masculino-feminino, conforme percebido pela maioria dos participantes.

Ao serem expostos ao seguinte texto: ‘Nesta manhã de sábado, gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes. É muito importante que este grande número de pessoas esteja presente neste evento’, pelo menos 66,7% (4 participantes) afirmaram que o termo ‘todes’ soa muito estranho e não o utilizam, mas tentam não se importar, o que demonstra rejeição parcial. Pelo menos 33,3% (2 participantes) relataram revirar os olhos, pois consideraram que o termo ‘todes’ não faz parte da Língua Portuguesa, demonstrando rejeição total. E 0% (0 participantes) afirmaram achar importante incluir pessoas que não se identificam no binarismo masculino-feminino na saudação. Esses dados também são consistentes com os do grupo 1.1, 2.1 e 2.2. Há, portanto, tendência predominante de rejeição em relação à possível adaptação de gênero em construções linguísticas (83,3% de rejeição para ‘coisinho’ e 100% de rejeição para ‘todes’).

Grupo etário 3.2 – acima de 50 anos, LGBTQIA+. Não houve participação de respondentes acima de 50 anos, pertencentes à comunidade LGBTQIA+.

Considerações finais

Investigamos as atitudes linguísticas dos falantes do Português Brasileiro (PB) na cidade de Imperatriz/MA em relação à utilização da linguagem não-binária, e uma possível mudança linguística em tempo aparente. A hipótese inicial sugeria que os falantes do PB em Imperatriz/MA tendiam a rejeitar a linguagem não-binária, por motivos relacionados a conceitos pré-concebidos a respeito das identidades de gênero.

Concluimos que a maioria dos participantes da pesquisa admite que a Língua Portuguesa (LP) passa por constantes mudanças desde a época da colonização até os dias atuais. Também foi possível observar que a maioria disse não se incomodar com pessoas que falam diferente da forma como aprenderam na escola. Ademais, a maioria dos participantes da pesquisa informou conhecer a expressão ‘linguagem não binária’.

No entanto, percebemos que entre pessoas cisgênero heterossexuais, a maioria, independentemente do grupo etário, rejeita flexão de gênero para a palavra ‘coisinho’ (que flexiona a palavra ‘coisinha’ – invariável – para o gênero masculino), bem como para a palavra ‘todes’ (utilizada para incluir pessoas não binárias). Entre os grupos de pessoas LGBTQIA+, foi possível constatar que há maior aceitação na flexão de gênero tanto da palavra ‘coisinho’, quanto da palavra ‘todes’, entre o grupo etário de 18 e 29 anos. Entre o grupo etário de pessoas com 30 e 49 anos LGBTQIA+, houve rejeição de flexão de gênero da palavra ‘coisinho’, mas houve aceitação da flexão para incluir pessoas não binárias, mediante o uso da palavra ‘todes’.

Considerando todos os participantes, apenas 38,30% aceitam a forma linguística da palavra ‘coisinho’, a qual, de acordo com a norma prescritiva, é invariável. Também, considerando todos os participantes da pesquisa, apenas 34,04% aceitam a forma linguística ‘todes’. Diante de um percentual relativamente baixo, concluimos que ainda não há mudança linguística em tempo aparente relacionada ao uso da linguagem não-binária na comunidade de falantes da cidade de Imperatriz/MA, o que confirma parcialmente nossa hipótese inicial. Isso porque a rejeição não consiste em ideias preconcebidas a respeito de identidade de gênero ‘per si’, mas na mentalidade de que é preciso preservar a forma linguística aprendida na escola.

Estimamos que os dados podem fornecer informações importantes sobre a forma como a comunidade local percebe e utiliza essa linguagem inclusiva, bem como possíveis mudanças linguísticas em tempo aparente. Além disso, este estudo poderá auxiliar na conscientização sobre a importância da inclusão de pessoas de diferentes identidades de gênero na sociedade, promovendo uma reflexão sobre valores e crenças linguísticas.

Referências

- Coan, M., & Freitag, R. M. K. (2011). Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de Linguagem*, 4(2), 173-194. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL8-v4n2a2010-11>.
- Covas, F. S. N., & Bergamini, L. M. (2021). Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+ / Critical analysis of neutral language as an instrument for the recognition of the LGBT'S rights. *Brazilian Journal of Development*, 7(6), 54892-54913. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n6-067>.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Faraco, C. A. (2005). *História da língua: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Parábola Editorial.
- Ferreira, C. S. S. (2009). Percepções dialectais e atitudes linguísticas: o método da dialectologia perceptual e as suas potencialidades. In *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (p. 251-263). Lisboa, PT: APL.
- Fiorin, J. L. (2022). A questão da marcação linguística da não binariedade. *Estudos Semióticos*, 18(3), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.203775>
- Freitag, R. M. K., & Santos, A. O. (2016). Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In N. S. Lopes, S. S. F. Araújo, R. M. K. Freitag (Orgs.), *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia* (p. 109-122). São Paulo, SP: Blucher.
- Gil, A. C. (2002). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gueunier, N. (1997). Représentations linguistiques. In M.-L. Moreau, *Sociolinguistique, concepts de base* (p. 247-250). Bruxelles, BE: Mardaga.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Cidades e Estados*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/imperatriz.html>

- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Lahire, B. ([1977] 2004). *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo, SP: Ática.
- Lau, H. D., & Sanches, G. J. (2019). A linguagem não-binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory. *Revista X*, 14(4), 87-106. DOI: <https://doi.org/10.5380/rvx.v14i4.66071>
- Linhares, R. S., & Silva, M. G. T. (2023). O artivismo do grupo Quebrada Queer em perspectiva Sociolinguística. In E. Costa & C. A. Tavares Júnior (Orgs.), *A comunicação e os contextos comunicativos* (p. 86-99). Ponta Grossa, PR: Atena.
- Oliveira, L. A. (2013). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. Petrópolis, RJ: Parábola.
- Rodrigues, L. C. B. (2012). Atitude, imaginário, representação e identidade linguística: aspectos conceituais. *Cadernos do CNLF*, 16(4), 362-372.
- Schwindt, L. C. (2020). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1-23. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1709>